

A HISTÓRIA DA ARTE NA ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES: DA DISPERSÃO À ORIGEM DA CADEIRA

*HISTORY OF ART IN THE IMPERIAL ACADEMY OF FINE ARTS:
FROM DISPERSION TO THE ORIGIN OF THE SUBJECT*

Flora Pereira Flor / UFRJ

RESUMO

Neste artigo investigaremos a História da Arte no contexto do ensino acadêmico de arte no Brasil, abrangendo o período entre 1816 à 1890. A data inicial corresponde ao ano de apresentação à D. João VI do projeto de instituição artística elaborado por LeBreton. Por sua vez, o corte final corresponde ao último ano de atuação do artista e professor Pedro Américo de Figueiredo Mello na cadeira de História da Arte na Academia Imperial de Belas Artes. Dentro do recorte temporal estabelecido, investigaremos o projeto de LeBreton, os Estatutos da instituição e documentos avulsos que nos permitam refletir sobre o lugar da História da Arte na formação acadêmica do Artista na Academia Imperial de Belas Artes.

PALAVRAS-CHAVE

História da Arte; Ensino Artístico; Academia Imperial de Belas Artes.

ABSTRACT

This article will investigate the History of Art in the context of academic teaching of art in Brazil, covering the period from 1816 to 1890. The start date corresponds to the year D. João VI was introduced to the artistic institution project prepared by LeBreton. The last part corresponds to the last year of work of the artist and professor Pedro Américo de Figueiredo Mello as the subject of History of Art in the Imperial Academy of Fine Arts. Within the time covered, LeBreton's project, the Bylaws of the institution, and standalone documents will be investigated to think about the place of History of Art in the academic training of the Artist in the Imperial Academy of Fine Arts.

KEYWORDS

History of Art, Artistic Teaching, Imperial Academy of Fine Arts.

Qual era o lugar da História da Arte no ensino artístico da Academia Imperial de Belas Artes?

Ela encontrava-se dispersa ao longo da formação do artista, nas entrelinhas do método de ensino, dos estatutos, discursos e documentos oficiais da academia ou concentrada em uma disciplina e em publicações utilizadas em sala de aula?

O substantivo dispersão está associado à separação de pessoas, organismos, objetos, conceitos no espaço e no tempo. Neste artigo propomos abordar este conceito no campo da História da Arte, investigando a partir de projetos, Estatutos e documentos avulsos¹ a História da Arte no contexto do ensino artístico da Academia Imperial de Belas Artes (AIBA).

A história da organização do ensino formal das artes no Rio de Janeiro tem início com a “Missão Artística Francesa”, mais especificamente, com o projeto de LeBreton apresentado ao Rei D. João VI em 12 de junho de 1816. Nele, LeBreton ressalta que a formação deve iniciar-se pelo desenho e através da cópia, tanto no curso de Pintura, de Escultura, de Gravura como no de Arquitetura. Em todos os casos, os modelos serão aqueles da antiguidade clássica e os modernos vinculados a esta tradição. Podemos constatar essa sistemática, por exemplo, no trecho em que o autor aborda a questão dos modelos em gesso que deveriam ser adquiridos para dar suporte a este sistema de ensino:

Com relação aos diversos graus do ensino do desenho, falei dos modelos em gesso, moldados do antigo; é necessário voltar aos mesmos e completar o ponto dos modelos em geral, tirados das belas obras de arte. [...] Este gênero de modelos é indispensável [...] e esses modelos serviriam não somente para a escola de belas artes, mas, em parte, para a de artes e ofícios. (grifo nosso) (BARATA, 1959, p. 298)².

Se a formação de uma coleção de moldagens, através da aquisição dos modelos diversos citados acima, servia para embasar o ensino do desenho nas diferentes formações de Belas Artes e de Ofícios³, a cadeira de pintura necessitava ainda que se formasse um tipo específico de coleção, fundamental para a última etapa da formação do pintor, baseado no sistema de aprendizado através de cópias. LeBreton salienta que:

É igualmente necessário possuir modelos para pintura, pois cada pintor estudou os grandes modelos de sua arte e se esforçou para deles apanhar alguma coisa; mas nenhum pintor que ensina pode substituir-se às obras

dos grandes mestres. Pelo contrário, os professores de alguma maneira, delas têm tanta necessidade quanto os alunos, para demonstrar os princípios e a fim de se sustentarem a si próprios; sem isto, nem o mais hábil impediria um estabelecimento de ensino de cair numa maneira qualquer que tornaria um vício geral da escola, caso os alunos só tivessem diante dos olhos os seus quadros.

Há mais. O mestre tem talvez tanta necessidade quanto os alunos de ligar-se, êle próprio, aos modelos que o inspiram, o retificam, o impedem de desviar-se; aliás, terminada a aprendizagem, resta ainda ao jovem pintor a tarefa de dar ao seu talento um caráter, uma fisionomia. E como o faria, se conhecesse somente os quadros de seu mestre e aqueles que o acaso lhe oferecesse aqui, em número demasiado pequeno, e talvez ainda não fossem suficientemente clássicos?

É portanto necessário reunir quadros de diversas escolas, telas que possam servir às lições práticas, como demonstração ao mesmo tempo em que guiem e mesmo inspirem os professores. (grifo nosso) (BARATA, 1959, p. 298).

Através da passagem acima citada, percebemos que os modelos não servem apenas para o exercício didático da cópia que ao mesmo tempo treina a mão e molda o olhar, constituindo uma “biblioteca visual”, um banco imagético de modelos vinculados à tradição artística europeia, ao cânone clássico apropriado e ressignificado por cada um dos nominados “grandes mestres”. Tais modelos servem, também, para que os mestres não se desviem, ao longo do tempo, dos referidos cânones e para que os jovens pintores tenham a possibilidade de se aprimorarem estudando estas obras clássicas e não somente aquelas produzidas em solo nacional, que poderiam não estar suficientemente próximas ou adequadas aos cânones. Por isso, era necessário reunir uma pinacoteca capaz de apresentar exemplos precisos das diferentes escolas artísticas europeias.

A partir dos dados acima expostos, podemos afirmar que os conteúdos relacionados à História da Arte, ao entendimento das manifestações artísticas ao longo da história, das obras emblemáticas, dos principais artistas, dos conceitos teóricos como belo, clássico, moderno, tradição, estavam dispersos ao longo da formação artística. Esta História da Arte difusa se apoiava nas estampas didáticas, nos moldes e moldagens de gesso, nas esculturas e nas pinturas selecionadas para constituir o acervo didático da instituição; que embasavam todo o processo de formação do artista no contexto acadêmico. Através destas obras se formava o olhar, se dialogava com a tradição artística europeia e se refletia sobre os conceitos supracitados.

Dois meses após o projeto de LeBreton, em 12 de agosto de 1816, o então príncipe regente D. João VI instituiu por decreto a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios.

Entretanto, como já foi apontado por diversos pesquisadores, a abertura e funcionamento regular da instituição não ocorreu de imediato, não apenas pela falta de edificação para sua acomodação, como também por empecilhos políticos enfrentados na corte carioca como a rivalidade com os artistas portugueses (PEREIRA, 2008, p. 383), assim como acontecimentos políticos mais amplos como as revoluções em solo brasileiro e o próprio processo de independência (WANDERLEY, 2011). Em 1820, ainda sem funcionamento, um segundo decreto foi promulgado em 12 de outubro, oficializando a criação da instituição, agora sob a denominação “Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil”. Também data deste ano o primeiro Estatuto da referida instituição de ensino.

Os Estatutos de 1820 versam sobre diversas questões acerca da instituição como por exemplo as disciplinas ofertadas nos diferentes cursos de formação; o estudo do Modelo Vivo; o estabelecimento de concursos por disciplinas e respectivas premiações no final de cada ano letivo; bem como a previsão de estabelecimento de pensão para complementar a formação na Europa pelo período de cinco anos para os alunos concluintes mais destacados. Este documento versa ainda sobre diversos outros assuntos; contudo, não aborda a questão da formação de coleções para o suporte didático, quer seja de moldagens, pinturas, estampas ou publicações impressas. Tampouco prevê uma disciplina dedicada ao ensino da História da Arte, conteúdo teórico que também não está explicitado nas diversas disciplinas dos cursos. Entretanto, dentro do conteúdo de Arquitetura Civil, está previsto o ensino cronológico “da mudança de gostos ou estilos, que tem experimentado a architectura desde a sua mais antiga origem, até o seu estado florescente” (CIPINIUK, s/d). Neste contexto, podemos afirmar que enquanto o ensino da História da Arquitetura esteve presente neste regimento da instituição, o ensino da História da Arte estava ausente não só enquanto cadeira, como também dos conteúdos referidos nos Estatutos para os cursos de pintura, escultura e gravura.

Retomando a cronologia da documentação relacionada à constituição da Academia, devemos citar o Projeto do Plano para a Imperial Academia das Belas Artes do Rio de Janeiro, elaborado pelos professores da Academia no ano de 1824, a pedido do Ministro do Império João Severiano Maciel da Costa. Este projeto versa sobre os cursos e as respectivas disciplinas a serem ofertadas pela instituição; sobre a infraestrutura adequada para disciplina de Modelo-vivo; dentre outros. Porém, o projeto não menciona uma disciplina dedicada à História da Arte e também não o faz dentro dos conteúdos dos cursos. Mais uma vez, é apenas no curso de arquitetura que encontramos, dentro dos conteúdos curriculares, estudos vinculados ao que chamamos atualmente de história da arquitetura:

São os monumentos antigos, que analisados e observados por um sábio professor, apresentarão todos os exemplos que se deve seguir na arquitetura. O estudante será obrigado a fazer um estudo aprofundado dos costumes e maneira dos antigos para poder devidamente apreciar com que perfeição eles unirão o belo ao útil. (BRASIL apud WANDERLEY, 2011)

Portanto, se no projeto de LeBreton a História da Arte pode ser encontrada nas “entrelinhas” que orientam a metodologia do ensino e a composição do acervo da instituição para tal finalidade, nos Estatutos de 1820 e no projeto de 1824 ela encontra-se ausente, sendo percebida apenas no contexto da História da Arquitetura.

Devemos ressaltar que a proposta elaborada pelos professores franceses em 1824 enfrentou a oposição do diretor Henrique José da Silva e não foi implementada. Quando a Academia começou a funcionar oficialmente em 1826, os estatutos de 1820 foram adotados até que se fosse elaborado um novo regimento. Tal fato ocorreu em 1831, quando foram aprovados novos estatutos em 30 de dezembro no contexto da Reforma Lino Coutinho.

Este estatuto aborda questões diversas, dentre as quais destacamos a necessidade de constituição de um acervo que contenha também trabalhos designativos da produção brasileira. Em relação aos elementos que eram empregados como ferramentas didáticas, o artigo 6º do capítulo II esclarece que cabia à Congregação a escolha dos modelos que seriam fornecidos para os alunos copiarem, mas que deveriam excetuar destas escolhas os modelos dos professores.

Podemos estabelecer a relação deste item com uma das recomendações de LeBreton fornecidas no projeto deste para a instituição. Ambos os documentos demonstram a preocupação com a escolha dos modelos a serem fornecidos para os alunos, bem como a necessidade destes modelos serem escolhidos pelo coletivo dos professores a partir de um consenso, visando garantir o prosseguimento das características estilísticas e estéticas ao qual a escola se vinculava. A utilização dos modelos na didática da instituição recebe nos Estatutos de 1831 um artigo específico no capítulo III:

Art. 16. A academia apresentará, para instrução e trabalho dos alunos e amadores, painéis, gessos de estatuas, bustos, e ornamentos antigos, modelos de desenho em todos os gêneros e modelo vivo; por fim livros próprios das belas artes, como sejam tratados de desenho, pintura, esculptura, architectura, historia antiga e moderna, e mythologia (grifo nosso) (BRASIL, 1831, p. 98)

Deve-se observar, a partir do trecho citado, que a instituição deveria possuir pinturas (painéis), moldagens em gesso diversas e modelos de desenhos dos mais diversos gêneros. Todos esses elementos já haviam sido citados antes no projeto elaborado por LeBreton. Contudo, havia um elemento novo no regimento de 1831 que é a menção aos livros não só associados às diferentes profissões, como também ao conhecimento que os artistas deveriam dominar sobre história e mitologia. A partir dos Estatutos de 1831, pode-se estabelecer conexão entre a menção aos livros como elementos de suporte didático do processo de ensino com uma informação específica sobre a qualificação dos candidatos a professor substituto, presente no 10º artigo do capítulo III, que regulamenta as informações constantes nos diplomas de final de curso:

No fim do 5º anno de cada curso de applicação a Congregação passará a cada um dos alumnos o seu competente diploma de haverem completado os seus estudos em tal ou tal ramo de applicação, especificando nelle não só os prêmios conseguidos, mas tambem o merecimento particular do individuo, para melhor a Congregação se dirigir quando, como candidato pretender o lugar de substituto habilitando-se para isso primeiro com o conhecimento de uma das duas línguas, franceza, ou italiana. (grifo nosso) (BRASIL, 1831, p. 97)

Deve-se salientar que a base do sistema acadêmico aqui implementado era europeia e que os dois principais modelos de academia de arte eram o francês e o italiano. É natural, portanto, que a biblioteca fosse constituída por publicações nestes dois idiomas e, assim, desejável que o professor substituto tivesse conhecimento de ao menos um destes dois idiomas.

Um último ponto a ser observado em relação a este estatuto é que ele não possui artigo específico para o ramo da arquitetura, não nos sendo possível verificar os conteúdos específicos desta formação. Desta forma, ao contrário do estatuto de 1820 e do projeto de 1824, não constatamos aqui a presença de conteúdos vinculados à História da Arquitetura. Em relação à História da Arte, mais uma vez não há qualquer menção a este tipo de disciplina ou a seus conteúdos em outras disciplinas da formação do artista. Entretanto, assim como no projeto de LeBreton, identificamos nos Estatutos de 1831 a presença difusa da História da Arte nas orientações sobre a constituição do acervo para dar suporte às atividades didáticas.

A primeira mudança neste cenário ocorre em 1848. Galvão (1954, p. 95) salienta que, em 14 de fevereiro, o então diretor da AIBA Félix Émile Taunay solicita ao governo o estabelecimento da cadeira de História da Arte, tendo como justificativa a melhor preparação dos futuros pensionistas. Outro documento que atesta a mudança de mentalidade em relação à necessidade de disciplina dedicada à História da Arte é o

decreto Nº 805 de 23 de setembro de 1854. Este autoriza a reforma dos estatutos da Academia das Bellas Artes, especificando no artigo 1º, parágrafo 2º a criação das aulas de “Desenho geométrico, Desenho de ornatos, Escultura de ornatos, Mathematicas applicadas e Historia das Bellas Artes” (grifo nosso) (BRASIL, 1854, p. 83-84).

Os novos estatutos foram aprovados pelo Decreto Nº 1603 de 14 de maio de 1855, no contexto da reforma Pedreira. Este regimento apresenta como novidade a existência da seção de ciências acessórias, que reúne as cadeiras de Matemáticas Aplicadas, Anatomia e Fisiologia das Paixões e também da cadeira de História das Artes, Estética e Arqueologia. Os artigos 47 e 48 da seção XIII especificam o conteúdo da disciplina de Histórias das Artes, Estética e Arqueologia, bem como a condição de admissão na mesma:

Secção XIII.

Da Historia das Bellas Artes – Esthetica e Archeologia

Art. 47 Este curso além da exposição oral que deve fazer o Professor dos factos e das teorias que lhe são próprios constará também de demonstrações gráficas e plásticas já em pedra, já por via de modelos, de sorte que os alunos compreendam com a conveniente perfeição o objeto da Cadeira.

Art. 48 Nenhum alumno poderá ser admitido a este curso, sem que tenha três anos completos de estudos na Academia. (grifo nosso) (BRASIL, 1855)⁴

Do programa transcrito acima, depreende-se que, para cursar a referida disciplina, o aluno deveria estar no quarto ano de estudo na instituição. Já teria, portanto, formado um repertório visual através dos inúmeros exercícios de cópia executados em diferentes disciplinas, entrado em contato com diferentes estéticas e soluções formais. Podemos, também, associar a presença desta disciplina no quarto ano do processo de formação do artista com a informação fornecida por Alfredo Galvão sobre a justificativa para o pedido de criação da mesma, feito em 1848: o melhor preparo dos futuros pensionistas. A colocação da disciplina no quarto ano nos parece, desta forma, muito mais próxima de uma complementação do processo de formação do artista do que do embasamento deste processo. Embasamento este que, conforme os estatutos de 1855, se dava através do desenho e das matemáticas aplicadas, uma vez que o artigo 138 do capítulo VIII⁵ – Dos Alumnos e sua frequência, e da Policia Academica – prevê que “A Academia terá huma só classe de alunos que será a dos matriculados nos Cursos de Mathematicas applicadas e de Desenho

geométrico, os quaes d'ahi prosseguirão para as outras aulas segundo o seu aproveitamento" (BRASIL, 1855).

Outro ponto a ser destacado no programa da disciplina de Histórias das Artes, Estética e Arqueologia é o fato desta contemplar não apenas a exposição teórica, mas também a transposição deste conteúdo para um repertório visual que demonstre a teoria abordada. Assim, as imagens visuais eram elemento essencial na didática do ensino das Histórias das Artes.

Retomando o processo de criação da cadeira de História das Artes, Estética e Arqueologia, deve-se ressaltar que a criação da cadeira não garantiu sua implementação efetiva, fato que ocorreu apenas em 1869, quando Pedro Américo de Figueiredo e Melo solicitou a transferência da cadeira de Desenho figurado para a referida disciplina (GALVÃO, 1954. p. 95). A minuta de ofício da Academia ao Ministro do império, datada de 12 de agosto de 1869, apresenta informações sobre o referido requerimento:

Sobre o requerimento do Dr. Pedro Americo de Figueiredo e Mello que pede tranferencia para a cadeira de Historia da Arte, Esthetica e Archeologia que ainda não foi provida, tenho a honra de informar que é útil e necessário o provimento da cadeira, e que o peticionário tem as habilitações precisas para ella.

Há mais de um quarto de século pedia a Academia a criação de uma cadeira de historia das Bellas Artes [...] porque sem estes conhecimentos fica muito incompleta a educação do artista; o premio de Roma tornou evidente a sua necessidade; [...] em 1854 foi ella creada pelo Decreto nº, 805 a 23 de setembro mas não foi provida até hoje por falta de pessoa competente habilitada nas matérias muito especiais que a constitue, porque não basta uma grande illustração do lente, é necessario, é mesmo indispensável; conforme adverte o art. ° 45 dos Estatutos que ele saiba desenhar afim de fazer demonstrações graphicas. (grifo nosso) (ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES, 1869)

O trecho transcrito nos indica, além da confirmação do assentimento da direção da Academia com o pedido efetuado por Pedro Américo, que esta instituição considera a disciplina importante para uma formação artística mais completa, assim como nos provê uma justificativa formal para o não preenchimento da cadeira desde sua criação em 1854: a ausência de professor qualificado a ministrar o conteúdo desta disciplina. O documento segue ressaltando as competências e qualificações de Pedro Américo para o cargo e finaliza enfatizando que há outros profissionais competentes para ocupar o cargo de desenho figurado, que vagaria com a transferência de Pedro Américo.

Este artista tomou posse na cadeira de História das Artes, Esthetica e Archeologia no dia 18 de fevereiro de 1870. Constatamos que, no dia 08 de março de 1870, as aulas ainda não tinham principiado. A informação encontra-se em minuta de ofício do diretor da AIBA para o Ministro do Império da referida data. O documento salienta que:

Tem de abrir-se proxivamente nesta Academia o curso do Dr. Pedro Americo de Figueiredo e Mello no qual se tractará de materias de summo interesse não só para aquelles, que se dedicação profissionalmente ao exercicio das Artes, mas ainda para todas as pessoas que se ocupão em cultivar o espirito; com efeito novas serão as intelligencias que se não deixem prender pelos attractivos da Historia da Arte e pela exposição dos princípios da Esthetica, demonstrados na practica pelas obras primas dos grandes mestres. Muito convem, Exmo Sr. para o desenvolvimento das Artes em nosso Paiz que o gôsto dellas se derrame entre as pessôas ilustradas afim de que mesmo aquelas que lhes são extranhas possão animarse por nossos artistas e apreciar os seos trabalhos: parece-me que para nos encaminhar a conseguir este resultado seria um passo conveniente dado determinar-se que o curso do Dr. Americo tivesse logar nas primeiras horas da noite. (ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES, 1870)

Portanto, além de informar sobre a necessidade de abertura da disciplina e solicitar autorização para tal, o documento ressalta sua importância não só para a formação dos artistas da Academia, mas também para cultivar o gosto e o conhecimento das Artes dentre as pessoas ilustradas. Para alcançar tal finalidade, é sugerido que a aula ocorra no princípio da noite. A resposta do Ministério dos Negócios ocorre através de ofício da 3ª Seção, datado de 15 de março de 1870, autorizando o funcionamento da disciplina “nas primeiras horas da noite” (ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES, 1870), tendo as aulas desta cadeira iniciado ainda em março (GALVÃO, 1954. p. 95).

Pedro Américo ocupou a cadeira até 25 de junho de 1890, data de seu decreto de jubilação. Neste período, o artista teve vários pedidos de licença. Em alguns destes períodos, a disciplina deixou de ser ofertada. Em outros, foram nomeados professores substitutos para lecioná-las. Galvão (1954. p. 95) nos fornece uma síntese cronológica dos períodos de regência e licença de Pedro Américo, informando quais foram os professores substitutos e em que períodos eles desempenharam a função. São eles: Dr. Antônio José Barbosa de Oliveira, designado em setembro de 1873 e lecionou até 1875, não continuando por inexistir alunos matriculados para o ano de 1876. Dr. Teófilo das Neves Leão, nomeado em 24 de maio de 1879 e lecionou até o final de 1890.

Acerca do segundo localizamos documento contendo o programa da disciplina:

Programma da Aula de Esthetica, Archeologia e Historia das Bellas Artes

Noções de Prehistoria e de Archeologia

Resumo da historia das Bellas-Artes nos tempos antigos, mas destacadamente entre os Gregos e os Romanos.

Resumo da historia das Bellas-Artes na idade media.

Resumo da historia das Bellas-Artes nos tempos modernos.

Esthetica Applicada, analyse das obras primas d'arte nos tempos antigos, medievais e modernos.

Esthetica Geral

Ideia do Bello e do Sublime da Arte

Imitação

Systema Realista

Ideial

Arte Classica

Arte Romantica

Gesto e Genio

Architectura

Esculptura

Pintura

Dansa

Musica

Poesia

Rio 18 de Fev. de 1888. O Prof.º interno Theophilo da Neves Leão (ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES, 1888)

Através do programa, constata-se que o lente segue a divisão cronológica da História da Arte em três períodos: Antiguidade, Idade Média e Idade Moderna (que no século XIX compreende o estudo da arte produzida a partir do renascimento). Entretanto, inclui também outra forma de designação da produção artística, alinhada aos estilos

através de chave Arte Clássica, Arte Romântica. Ademais, ela contempla a produção artística por tipologias Escultura, Pintura, etc. além de contemplar pontos do campo da estética como o belo, o sublime. Percebemos, portanto, uma atualização na concepção de História da Arte.

Se traçarmos a origem destes conceitos, devemos cruzar o oceano e chegarmos na Europa. Assim como o modelo de ensino acadêmico, também vinham daquele continente as teorias acerca da História da Arte. Chegavam no Brasil dispersas não só através de publicações, mas também por meio dos conceitos e vivências trazidos pelos artistas e intelectuais brasileiros que retornavam da Europa. Desta forma, ao longo do século XIX, diferentes teóricos europeus passaram a ser lidos no ambiente intelectual e artístico da corte. Em solo nacional, suas ideias eram propagadas por meio da metodologia do ensino acadêmico, das críticas de arte, dos artigos publicados em periódicos da época, etc. Após a criação da classe de História da Arte, Estética e Arqueologia, este conteúdo passa a ser ofertado também de forma concentrada aos alunos que se inscrevem na referida disciplina. Até que no último quartel do século, a História da Arte passou a ser escrita e publicada em livros de intelectuais brasileiros, como por exemplo *Belas Artes estudos e apreciações* de Félix Ferreira, publicado em 1885 e *A Arte Brasileira* de Gonzaga-Duque, publicado em 1888.

No início deste artigo, demonstramos que, no projeto apresentado por LeBreton, o conhecimento acerca da História da Arte estava implícito na pedagogia do ensino artístico cuja base era o desenho e a cópia. Encontrava-se, portanto, disperso na estrutura a partir da qual se organizava o ensino acadêmico. Este conhecimento foi condensado em forma de disciplina, no contexto da instituição acadêmica de artes brasileira, apenas na segunda metade do século XIX, ofertada no final do processo de formação do artista, como forma de tornar a habilitação do artista em solo brasileiro mais completa. Portanto, podemos afirmar que, no caso da Academia Brasileira, os conteúdos de História da Arte fluíram da dispersão à concentração, dando origem à uma nova disciplina acadêmica na instituição..

Notas

¹ Agradeço especialmente à Jancilene Alves Brejo, arquivologista do Arquivo Histórico da Escola de Belas Artes / UFRJ, pela disponibilidade e suporte à pesquisa realizada presencialmente no arquivo em fevereiro de 2020.

² Mário Barata transcreveu o projeto de LeBreton e publicou na revista do SPHAN no ano de 1959.

³ O projeto de LeBreton previa a criação de duas escolas: uma de Belas Artes para formar os artistas, com ensino pago. Outra escola de desenho para as artes e ofícios, de ensino gratuito para formar os artífices.

⁴ Há uma diferença entre a publicação consultada no Arquivo Histórico da Escola de Belas Artes e a publicação disponibilizada no site 19&20. Na publicação do site, os programas das aulas estão localizados no Título V – Do ensino e programma das aulas. A seção da disciplina “Da Historia das Bellas Artes – Esthetica e Archeologia” é a

mesma. Entretanto, na publicação do site os artigos desta seção embora tenham o mesmo conteúdo, possuem numeração distinta a saber: Art. 45 e Art. 46.

⁵ Artigo 136 na versão do documento disponibilizada no site 19&20.

Referências

ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES. **Minuta de ofício da Academia ao ministro do Império**. 12 ago. 1869. Arquivo Histórico da Escola de Belas Artes. Documentos Avulsos. Notação: 5807, Índice data: 2313, Fundo: Escola de Belas Artes. Disponível em: <http://docvirt.com/MuseuDJoaovI/>. Acesso em 08 mar. 2020.

ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES. **Minutas de ofício da Academia sobre a posse de Pedro Américo de Figueiredo e Melo e do professor honorário Jules Le Chevreil**. 24 fev. 1870. Arquivo Histórico da Escola de Belas Artes. Documentos Avulsos. Notação: 4691, Índice data: 2357, Fundo: Escola de Belas Artes. Disponível em: <http://docvirt.com/MuseuDJoaovI/>. Acesso em 08 mar. 2020.

ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES. **Programas da aula de História das belas artes, estética e arqueologia, do professor Teófilo das Neves Leão**. 18 fev. 1888. Arquivo Histórico da Escola de Belas Artes. Documentos Avulsos. Notação: 5347, Índice data: 4600, Fundo: Escola de Belas Artes. Disponível em: <http://docvirt.com/MuseuDJoaovI/>. Acesso em 08 mar. 2020.

BARATA, Mário. Manuscrito inédito de LeBreton. **Revista do SPHAN**, Rio de Janeiro. n. 14, 1959, p. 292-293

BRASIL. **Decreto de 30 de dezembro de 1831** – dá estatutos á Academia das Bellas Artes. Fonte: Arquivo Histórico da Escola de Belas Artes, caixa M:03 P:3 C:227. Versão eletrônica disponível em: http://www.dezenovevinte.net/documentos/estatutos_1831.pdf. Acesso em 08 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 805 de 23 de setembro de 1854** – Autorisa o Governo para reformar a Academia das Bellas Artes. Fonte: Arquivo Histórico da Escola de Belas Artes, caixa M:03 P:3 C:227.

BRASIL. **Decreto Nº 1603 de 14 de maio de 1855** – Da novos Estatutos a Academia das Bellas Artes. Fonte: Arquivo Histórico da Escola de Belas Artes, caixa M:03 P:3 C:226. Versão eletrônica disponível em: http://www.dezenovevinte.net/documentos/estatutos_1855.pdf. Acesso em 08 mar. 2020.

BRASIL. Projeto do Plano para a Imperial Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro. Documento disponível no Arquivo Nacional da cidade do Rio de Janeiro - Caixa 6283, maço 82, p. 257. (transcrição parcial) apud WANDERLEY, Monica Cauhi. História da Academia - diferentes nomes, propostas e decretos. **19&20**, Rio de Janeiro, v. VI, n. 2, abr./jun. 2011.

ISSN 2175-8212 – Anais do 29º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas. [recurso eletrônico]. RODRIGUES, Manoela dos Anjos Afonso; ROCHA, Cleomar (Orgs). Goiânia: Anpap, 2020.

Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/ensino_artistico/academia_mcw.htm. Acesso em: 08 mar. 2020.

CIPINIUK, Alberto. Estatutos da Imperial Academia e Escola das Bellas Artes, 1820. **19&20** (site). Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/documentos/estatutos_1820.htm. Acesso em: 08 mar. 2020.

FERREIRA, Félix. **Belas Artes: estudos e apreciações**. Porto Alegre: Zouk, 2012

GALVÃO, Alfredo. **Subsídios para a História da Academia Imperial**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Belas Artes/UB, 1954.

DUQUE, Gonzaga. **A Arte brasileira**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

PEREIRA, Sônia Gomes. A Escola Real de Ciência, Artes e Ofícios e a Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro. In: IPANEMA, Rogéria Moreira. **D. João e a cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, 2008.

WANDERLEY, Monica Cauhi. História da Academia - diferentes nomes, propostas e decretos. **19&20**, Rio de Janeiro, v. VI, n. 2, abr./jun. 2011. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/ensino_artistico/academia_mcw.htm. Acesso em: 08 mar. 2020.

Flora Pereira Flor

Flora Pereira Flor é bacharel em História da Arte (EBA/UFRJ, 2016), mestre em Artes Visuais (História e Crítica da Arte PPGAV/EBA/UFRJ, 2017) e doutoranda em Artes Visuais pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais – PPGAV / EBA / UFRJ, vinculada ao projeto de pesquisa coordenado pela prof.^a Dra. Sonia Gomes Pereira intitulado A historiografia da arte no Brasil: os modelos europeus e os dilemas em torno da cultura nacional. Contato: floraflor@gmail.com